

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDENS DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/5/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 326/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o débito acumulado pelo governo do Estado com o Hospital de Cataguases – Santa Casa de Misericórdia, referente às Resoluções SES-MG nºs 5.508, de 6/12/2016, no valor de R\$341.731,77; 5.667, de 22/3/2017, no valor de R\$400.000,00; 5.975, de 23/11/2017, no valor de R\$400.000,00; 6.001, de 6/12/2017, no valor de R\$836.303,93; 6.141, de 2/3/2018, no valor de R\$8.566,60; 6.218, de 26/4/2018, no valor de R\$ 11.552,77; 6.258, de 5/6/2018, no valor de R\$ 1.591,51; 6.393, de 4/9/2018, no valor de R\$1.581,82; 6.412, de 20/9/2018, no valor de R\$4.286,51; 6.442, de 29/10/2018, no valor de R\$6.814,68; 6.555, de 21/12/2018, no valor de R\$11.833,25; e 6.556, de 21/12/2018, no valor de R\$19.005,22, e sobre a previsão de quitação desse débito. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 336/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação atual da estrutura predial e de funcionamento de todas as escolas estaduais, ressaltando-se a manutenção, a conectividade, a merenda, o sistema de monitoramento e as obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 360/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em números da redução de custos esperada com o fechamento das unidades e agências da companhia localizadas no interior do Estado; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater o referido assunto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 371/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações, consubstanciadas no laudo atualizado de cada barragem, sobre a situação das barragens atualmente ameaçadas de rompimento, localizadas em Nova Lima (Mar Azul), Barão de Cocais (Gongo Soco), Itatiaiuçu (Serra Azul) e Congonhas (Casa de Pedra). A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 513/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o cronograma para o término das obras em dezenas de unidades básicas de saúde em vários municípios mineiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 614/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a autorização de funcionamento de incinerador de resíduos sólidos nos Municípios de Boa Esperança e de Sarzedo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 916/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações, a serem entregues na audiência pública da comissão, que será realizada em 30/4/2019, consubstanciadas em estudo de impacto financeiro para o Município de Belo Horizonte, nos últimos cinco anos, em decorrência da não exigência, apenas para esse município, dos documentos previstos no art. 1º da Portaria nº 408, de 2017, do Detran-MG, que estabelece que, junto com a documentação exigida para o registro de veículo automotor (ficha cadastral), ou quando da alteração de dados com troca de placas alfanuméricas de identificação veicular, será indispensável a apresentação de cópia da nota fiscal referente à compra da placa ou tarjeta emitida em nome do adquirente, documento fiscal fornecido necessariamente por estabelecimento devidamente credenciado pelo Detran-MG para atividade de confecção de placas e tarjetas automotivas, além da necessidade de apresentação do documento original de autorização de fabricação de placa ou tarjeta emitido pelo Sistema de Fábrica de Placas – Sifap –, bem como informação sobre o número total de veículos emplacados no município nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 917/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações consubstanciadas em lista com a razão social e o endereço dos fabricantes ou estampadores localizados no Município de Belo Horizonte, a ser entregue na próxima audiência pública da comissão, que será realizada em 30/4/2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto nº 7/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.201, que determina que os veículos destinados ao serviço de segurança e saúde públicas do Estado sejam equipados com dispositivo que permita sua geolocalização. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.208, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Propostas de Emenda à Constituição nºs 54/2018, da deputada Ione Pinheiro e outros; 14/2019, da deputada Marília Campos e outros; Projeto de Lei Complementar nº 80/2018, do Tribunal de Contas; Projetos de Lei nºs 12/2019, do deputado João Leite; 1.307/2015, do deputado Duarte Bechir; 1.442/2015, do deputado Fred Costa; 2.520/2015, do deputado Elismar Prado; 2.617/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.644/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.974/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.756/2017, do deputado Arlen Santiago; 96/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 105/2019, do deputado Charles Santos; 172/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 280 e 294/2019, do deputado Arlen Santiago; 310/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 508/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 550/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz e Guilherme da Cunha; 559/2019, do deputado Zé Reis; 578/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 645/2019, da deputada Ione Pinheiro; 668/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 669/2019, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.759/2016, da deputada Marília Campos; 4.095/2017, do deputado Tiago Ulisses; 617 e 643/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 644/2019, do deputado Gil Pereira; 655/2019, do deputado Fernando Pacheco; 656/2019, do deputado Professor Cleiton; 660/2019, do deputado Duarte Bechir; 661/2019, do deputado João Leite; e 663/2019, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 429/2019, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 928, 1.030 e 1.032/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 80/2018, do Tribunal de Contas; Projetos de Lei nºs 874/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 5.035/2018, do deputado Cristiano Silveira; 5.227/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes; 50/2019, do deputado Charles Santos; e 550/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz e Guilherme da Cunha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as oportunidades e entraves na produção de pescado, seu processamento agroindustrial e a pesca no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.609/2017, do deputado Cristiano Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.048 a 1.050/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 913/2019, do deputado Elismar Prado; 965 a 968/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; e 1.015/2019, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 429/2019, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 936/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; e 990/2019, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/5/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 5.371/2018, da deputada Rosângela Reis, e 555/2019, do deputado Leandro Genaro.

Requerimentos n°s 929/2019, do deputado Coronel Henrique, e 941/2019, do deputado João Vítor Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 15/5/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a exploração do nióbio, realizada pela Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 15/5/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 16/5/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o suposto deslocamento de vagões do Município de Oliveira para o pátio da empresa Valor Logística Integrada – VLI – no Município de Bom Sucesso, com a finalidade de desmanche e sucateamento dos vagões.

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes, em alusão ao dia nacional de combate a esse tipo de violência, comemorado em 18 de maio, por solicitação do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais – Fevcamg.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 14/5/2019, às 10h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 429/2019, do deputado Gustavo Valadares, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 928, 1.030 e 1.032/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Celise Laviola, Delegada Sheila e Leninha, membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e as deputadas Leninha e Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 14/5/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o fortalecimento da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, especialmente no que se refere aos serviços prestados pelos centros de atendimento do Estado.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n°s 499/2019, do deputado Hely Tarquínio, e 550/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz e Guilherme da Cunha, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 14/5/2019, às 14h30min, ao Centro de Transmissão da Rádio Inconfidência AM, em Contagem, com a finalidade de verificar as condições de funcionamento e manutenção dos equipamentos transmissores da Rádio Inconfidência AM.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2019, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – que, pelas regras atuais, se encerra em 2020.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 628/2019****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Bosco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Guardamorense de Veteranos, com sede no Município de Guarda-Mor.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Guardamorense de Veteranos, com sede no Município de Guarda-Mor, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, melhorar as condições socioeconômicas da comunidade de Guarda-Mor, garantindo a difusão de atividades sociais e cívico culturais, incentivar atividades educacionais, esportivas e recreativas, defender os interesses da criança e do adolescente, criando escolas esportivas e ministrando cursos de acordo com a demanda da juventude.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Guardamorense de Veteranos para a democratização da prática esportiva no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 628/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2018.

Zé Guilherme, relator.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/5/2019

O deputado Noraldino Júnior* – Srs. Deputados, Sr. Presidente, quero iniciar minha fala com um pensamento, e chamo os colegas a reflitam: hoje, mais uma vez, abri o jornal, especificamente o jornal *O Tempo*, e vi mais uma matéria relacionada à utilização de aeronave pelo governador Romeu Zema. Quero me manifestar aqui e trazer minha posição com relação a esse tipo de matéria. Deputado Coronel Sandro, Minas está vivendo momentos críticos: problemas na educação, problemas na saúde, na saúde financeira dos municípios. Lamentavelmente estamos vendo, num jornal de circulação estadual e em outros jornais, matérias de destaque relacionadas à utilização de aeronave pelo governador Romeu Zema. E o pior: essas matérias têm sido provocadas pelo governador, provocadas em cima de suas colocações.

Eu quero me posicionar aqui de forma bem tranquila. Eu quero que o governador do meu estado otimize o seu tempo o mais breve possível. Eu não quero ver o governador do meu estado saindo daqui de carro para ir a Araxá, desperdiçando um grande tempo que poderia ser utilizado para atender prefeitos, atender as demandas das categorias, atender deputados, enfim, para governar o Estado de Minas Gerais.

É muito fácil errar, e todos nós, deputados, que estamos aqui, erramos. Haverá um momento da nossa vida parlamentar, um momento da nossa vida pessoal em que falaremos alguma coisa equivocada ou cometeremos um erro, mas é importante que nós tenhamos a humildade de reconhecer e reparar esse erro. E é preciso que o governador do Estado de Minas Gerais traga para si temas mais relevantes e pautar para a mídia temas mais importantes. Não precisamos discutir aqui a utilização de aeronaves pelo governador,

a não ser que haja alguma irregularidade, e a segurança do governador. Eu quero que o meu governador esteja seguro. Eu quero que quem governa o Estado de Minas Gerais otimize o seu tempo. Então faço um pedido para que o governo do Estado não paute mais para a imprensa assuntos tão pequenos. Nós temos problemas sérios para serem tratados, e essa questão de aeronave é uma questão muito pequena, perto dos problemas que o Estado está vivenciando. Utilize-a de forma correta, de forma transparente. Eu quero que o tempo do meu governador seja otimizado, que o tempo do governador de todos os mineiros seja otimizado, para que o governo gaste o seu tempo governando.

Falo o mesmo sobre a opção do governador, presidente. Falo aqui sobre o Palácio das Mangabeiras, sobre a moradia do governador. Na minha avaliação, ele já está convencido do erro que foi cometido no início do seu mandato quando abriu mão da moradia no Palácio das Mangabeiras. Eu acredito que, se formos fazer uma avaliação hoje, veremos que, para o Estado, o local onde o governador está morando pode até custar mais caro. Morar no Palácio das Mangabeiras, que foi construído para isso, significa segurança para o governador, pois é o local histórico de moradia dos governadores.

Então o que quero trazer nesta mensagem, deputado Duarte Bechir, é que a humildade é um ponto importante que todos nós devemos levar em consideração. E acho que, se em determinado momento isso chegar a esta Casa e houver uma mudança de atitude, todos nós iremos reconhecê-la. “Ah, ele reconheceu que foi um equívoco, não conhecia as necessidades e, agora, tomou a atitude certa”. Quero que leve em consideração, deputado Cristiano Silveira, que isso não é uma crítica. Isso, às vezes, é um apoio ao governo.

A mesma coisa quero falar sobre a questão dos jetons. Olhem o que aconteceu aqui: os nobres parlamentares votaram, na reforma administrativa, pelo fim dos jetons, fazendo com que os secretários de Estado, dirigentes de pastas indiretas recebam salários de R\$8.000,00. Deputado Cristiano Silveira, deixe-me perguntar uma coisa: o senhor acredita que, no caso de um secretário de Estado, um dirigente de uma pasta indireta, que vive do seu salário e às vezes não mora aqui – e muitos deles não moram aqui –, o Estado vai conseguir atrair bons técnicos que dependem do seu salário para sobreviverem como gestores? Na iniciativa privada, ninguém consegue. Então é necessário tratarmos com transparência esse assunto. Causa-me estranheza, deputado. Eu fico pensando na possibilidade de bons quadros técnicos, que hoje integram o governo, entregarem seus cargos por não conseguirem sobreviver com os salários recebidos. Então, agora, é necessário que o governo trate esse assunto com seriedade. Não estou falando que não tratou com seriedade, mas esse é um ponto de vista que foi equivocado.

Imaginem o seguinte sobre a questão dos jetons. O deputado Guilherme, do Novo, vejam a situação em que ficou! Um colega nosso, um lutador aqui, que votou para a manutenção dos jetons. Ele votou com consciência, sabendo das dificuldades de se manter um grupo técnico para compor o Estado. Aí, o governo vai e se posiciona a favor do corte dos jetons. Quero transmitir ao governo a minha preocupação. Estou certo de que, dos 77 deputados que aqui se encontram... Todos temos a convicção de que não existem condições financeiras de sobrevivência de um quadro técnico qualificado, de se manter quadros técnicos qualificados no Estado, nas diretas e nas indiretas, com o salário de R\$8.000,00.

Temos, meus amigos, a Lei de Responsabilidade Fiscal. E aí? Qual será a solução para esse problema que foi criado? Volto a dizer que foi criado pelo governo. Peço ao governo que paute esta Casa, que paute a imprensa com assuntos de grande relevância. Aqui, não estou fazendo críticas. Tenho uma preocupação muito séria com o Estado, quero que o governador faça um excelente governo, quero estar aqui para dar apoio ao governo, para ser base, para ajudar. Quero que o governo mande para cá bons projetos. Agora, o governo está perdendo uma grande oportunidade. Hoje, temos, aqui, o presidente desta Casa, o deputado Agostinho Patrus Filho, respeitado por todos os membros desta Casa. Respeitado e com grande liderança entre todos os membros desta Casa, e o governo não está aproveitando essa grande liderança que é o presidente da Assembleia.

Deputado Cristiano Silveira, já vou dar o aparte à V. Exa. Tenho certeza que, se o governador reconhecer alguns equívocos que foram cometidos e vier aqui conversar com o presidente da Assembleia e com os deputados, temos, todos nós, a disponibilidade

de ajudar o Estado. Entretanto, é preciso que o governo demonstre essa humildade, é preciso que o governo reconheça os equívocos que foram colocados. Estamos aqui para auxiliar.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Noraldino Júnior, obrigado pelo aparte. Quero corroborar suas palavras. Hoje, boa parte do problema que o governo enfrenta em relação a essas notícias – uso de aeronave, dormir no Palácio –, deve-se ao desconhecimento que o governador, então candidato Romeu Zema, tinha sobre o funcionamento da máquina administrativa. Acho que esse desconhecimento completo do que é máquina pública fez com que ele desse declarações e fizesse compromissos à época da eleição que eram simpáticos a boa parte dos eleitores, mas que, às vezes, tornam-se inviáveis.

Tenho a mesma concordância. Tem usado a aeronave, tem dormido em palácio, tem mantido cargo comissionado, indicou secretário para conselho para receber jeton. Estou falando que a Assembleia está aqui, ajudando, colaborando para que esses compromissos acabem sendo cumpridos.

Mas eu queria aqui utilizar este espaço que V. Exa. me concede para fazer uma denúncia, deputado Noraldino Júnior. Em pouco tempo, o colega Cleitinho Azevedo esteve visitando pátios do Estado, onde vários veículos estavam parados. Esses veículos poderiam estar funcionando a interesse do serviço público na área da saúde, na área da segurança e por aí vai. Parece que agora haverá a entrega das viaturas, e isso já é um bom sinal – e a gente faz aqui o elogio. Mas não sei se V. Exa. sabe: a Emater tem um conjunto de microtratores agrícolas adquiridos há muito tempo e, há mais de mês, havia sido marcada a entrega, inclusive em algumas cidades que eu havia indicado. Isso faz parte de emenda parlamentar antiga nossa, do governo Pimentel. Não é emenda deste governo. Não é emenda deste exercício. Não é emenda a recurso do governo Zema. Já tinham sido adquiridos, toda a documentação estava preparada, e, em uma sexta-feira, eles me ligaram dizendo que estavam desmarcando a entrega prevista para segunda-feira. E estou sabendo que há deputado que retirou.

A conversa era que o governo iria suspender todas as entregas para fazer um grande inventário, mas estou sabendo que há deputado que retirou. Estou sabendo que é um boicote ao deputado Duarte Bechir. Estou sabendo que é boicote ao deputado Ulysses. Estou sabendo que é boicote ao deputado Cristiano. Quem precisa desse equipamento é o amigo do campo, é o pequeno produtor. Se esse governo não sabe disso, ele precisa conhecer a realidade do homem do campo, do pequeno produtor em Minas. Não está me prejudicando. Não sou homem do campo, não produzo, mas as pessoas que queremos atender, deputado Cleitinho, precisam disso. Então, que o governo não faça perseguição política, que não comece com picuinha política, porque votamos aqui a reforma administrativa. Que ele não comece com picuinha política porque isso não acabará bem. Nós queremos ser respeitados. Muito obrigado.

O deputado Noraldino Júnior* – Obrigado, deputado Cristiano Silveira, pelo aparte. Gostaria de finalizar, senhores, falando sobre um veto que será votado aqui hoje que é o veto ao Projeto de Lei nº 1.454.

Nobres colegas, é importante que mantenhamos o veto a esse projeto. Eu quero passar para os senhores. No momento da discussão, eu vou passar qual o impacto desse projeto de lei na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, mas eu gostaria de passar para vocês agora de que se trata esse projeto. Deputado Betão, esse projeto trata do licenciamento ambiental automático. Só reduzindo aqui: esse projeto fala que, se a Vale ou qualquer empresa entrar na Secretaria de Meio Ambiente e protocolar um processo e, em 120 dias, a secretaria não responder, estará aprovado automaticamente. Esse projeto acaba com o sistema ambiental e com o licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais. Então o veto foi mantido com sabedoria pelo governador Zema, e é importante que mantenhamos esse veto. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler* – Sr. Presidente, venho aqui hoje defender um filósofo, escritor e o maior expoente intelectual deste país, que se chama Olavo de Carvalho, e lamentar profundamente o analfabetismo funcional de alguns senadores que são incapazes de interpretar um texto, mas são responsáveis por elaborar as leis da República. Temos uma briga, um conflito entre o Prof.

Olavo e o Gen. Santos Cruz, que começou quando o Prof. Olavo elogiou o Gen. Santos Cruz e foi atacado por este. A resposta a um elogio foi uma ofensa. E houve, sim, discussão e troca de farpas. E o Prof. Olavo publicou, entre outras coisas, que o problema inteiro é muito simples: que a pauta do Bolsonaro e de todo o povo que o elegeu é nacionalista, conservadora, cristã e anticomunista, e a dos generais é contra tudo isso. Será que alguém não entendeu ainda? Em resposta, veio uma nota do ex-comandante do Exército Brasileiro, o Gen. Villas Bôas, dizendo o seguinte: (– Lê:) “Mais uma vez, o Sr. Olavo de Carvalho, a partir de seu vazio existencial, derrama seus ataques aos militares e às Forças Armadas, demonstrando total falta de princípios básicos de educação, de respeito e de um mínimo de humildade e modéstia. Verdadeiro Trótski de direita, não compreende que, substituindo uma ideologia pela outra, não contribui para a elaboração de uma base de pensamento que promova soluções concretas para os problemas brasileiros. Por outro lado, age no sentido de acentuar as divergências nacionais no momento em que a sociedade brasileira necessita recuperar a coesão e estruturar um projeto para o País. A escolha dos militares como alvo é compreensível por sua impotência diante da solidez dessas instituições e da incapacidade de compreender os valores e os princípios que as sustentam”.

Em resposta a essa nota, essa, sim, um ataque ao Prof. Olavo de Carvalho, este respondeu da seguinte maneira: (– Lê:) “Há coisas que nunca esperei ver, mas estou vendo. A pior delas foi os altos oficiais militares, acossados por afirmações minhas que não conseguem contestar, irem buscar proteção escondendo-se por trás de um doente preso a uma cadeira de rodas. Nem o Lula seria capaz de tamanha baixez”.

Ele, em momento nenhum, ofende o Gen. Villas Bôas ou o denigre. Esse ataque é claramente aos Santos Cruz e outros generais, que se esconderam atrás do Villas Bôas para fazerem críticas ao Prof. Olavo. Mas temos senadores que não conseguem interpretar um texto e que foram ao Senado atacar o Prof. Olavo de Carvalho, dizer que estavam em defesa do Gen. Villas Bôas, repudiando o Prof. Olavo de Carvalho. São eles: Randolfe Rodrigues, Jorge Cajuru, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Major Olímpio, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Kátia Abreu, Lasier Martins, Luiz Carlos Raizer e Omar Aziz.

Quer dizer, para esses nove senadores, quando usamos uma expressão comum, por exemplo, quando um adolescente faz alguma bobagem e foge da responsabilidade, se escondendo, pedindo ajuda da mãe, é comum dizer: “Que vergonha, um marmanjo desse tamanho, se escondendo atrás da barra da saia da mãe”. Para esses nobres senadores, a ofensa nessa frase é “a barra da saia da mãe”, e não, “marmanjo”. É uma estupidez surpreendente, vinda de pessoas que deveriam ser lideranças políticas em nosso país.

Olavo até deixa claro em outro post: “Tendo em vista o estado de saúde do Gen. Villas Bôas, o Santos Cruz e seus cúmplices teriam a obrigação moral de não envolvê-lo nas suas brigas, mas, em vez de defenderem a si mesmos como homens, foram se esconder por trás do chefe, usando-o como escudo e porrete. Foram eles, e não eu, quem desrespeitou gravemente o comandante”. Essa é a interpretação óbvia de qualquer um que faz uma análise do que foi dito.

Mas, infelizmente, nós temos senadores que falam bobagem para caramba. O senador Randolfo Rodrigues disse: “O Gen. Villas Bôas foi atacado da pior forma, da forma mais vil, hoje, pelo ideólogo do governo Bolsonaro. Esse ideólogo, que é um astrólogo que mora lá em Nova York” – Olavo mora na Virgínia, então, destilo aqui a ignorância –, “proferiu que se trata o Sr. Villas Bôas ‘de um doente preso a uma cadeira de rodas’”. Isso não é ofensa, ninguém está aqui desejando o mal ao Villas Bôas ou comemorando a condição de saúde dele. Está sendo apontada justamente a vergonha que é se esconder atrás de uma pessoa que está com a saúde debilitada.

E aí, fala do repúdio e, pior, ainda critica a declaração do presidente da República. Presidente da República que tem se portado da melhor maneira possível, tentando acalmar os ânimos e manter a ordem, sempre fiel e leal à base militar, na qual ele cresceu, mas respeitando, e muito, a contribuição do Prof. Olavo para a retomada cultural do nosso país. Trago aqui a leitura do post feito pelo Jair Bolsonaro e que foi criticado pelo Randolfo Rodrigues. (– Lê:) “Cheguei na Câmara em 1991 e encontrei-a tomada pela esquerda num clima hostil às Forças Armadas e contrário às nossas tradições judaico-cristãs. Aos poucos, outros nomes foram se somando à causa que se defendia, entre eles Olavo de Carvalho. Olavo, sozinho, rapidamente tornou-se um ícone, um verdadeiro

ídolo para muitos. O seu trabalho contra a ideologia insana que matou milhões, no mundo, e retirou a liberdade de outras centenas de milhões é reconhecido por mim. A sua obra em muito contribuiu para que eu chegasse ao governo e sem ela o PT teria retornado ao poder. Sempre o terei nesse conceito. Continuo admirando o Olavo. Quanto aos desentendimentos ora públicos contra militares, aos quais devo minha formação e admiração, espero que seja uma página virada para ambas as partes”.

O presidente teve o posicionamento o mais republicano possível ao tentar somar forças em prol do Brasil. Mas, infelizmente, tem senador que não fica satisfeito se ele não repreender Olavo de Carvalho e disser que o Prof. Olavo tem que calar a boca. Existem algumas pessoas, que acho que têm fetiche de ditadura, que esperavam que o presidente Bolsonaro fosse um ditador e esperam atitudes ditatoriais dele. Esperam que o presidente da República diga a um cidadão privado o que ele pode ou não dizer, se ele pode ou não opinar. Mas, como o próprio Prof. Olavo disse, nenhum presidente anterior a Bolsonaro foi tão respeitador das liberdades democráticas.

Trago aqui também a fala do senador Jorge Kajuru, que chamou Olavo de polichinco. Ele disse que não ia explicar o que era o xingamento e que não lê “Olavo Monteiro ou Olavo de Carvalho, sei lá o nome dele, não quero saber”, e que, para entender o xingamento, Olavo deveria ler Sócrates, não o que jogou no Corinthians, mas Sócrates, o grego. Mal sabe ele que Olavo é filósofo, escritor e professor de filosofia. Então, não só leu Sócrates, como também escreveu e dá aula sobre Sócrates. O Olavo é o brasileiro vivo que mais tem conhecimento de filosofia. Um dos grandes *best-seller* do Prof. Olavo de Carvalho é o livro *Aristóteles em nova perspectiva*: introdução à teoria dos quatro discursos, que ele escreveu na década de 1990. Mas o senador Kajuru, que se orgulha de ser ignorante, em não saber nem o nome do Prof. Olavo de Carvalho, quer dar lição de moral ao dizer que tem que ler Sócrates grego e não o que jogou no Corinthians.

O senador Telmário Mota também perguntou: “Quem é Olavo de Carvalho? O que esse senhor fez de relevante para o País, a não ser compartilhar a sua loucura? Onde ele vive? A que leis ele se submete? A quem ele serve? Que interesses escusos ele defende?”. Olavo de Carvalho é alguém que, na década de 1990, publicou obras denunciando as mazelas e as conspirações da esquerda, que ninguém mais ousava denunciar. Foi só o primeiro brasileiro que denunciou com veemência o Foro de São Paulo. Foi alguém que deu base para a guinada à direita que o nosso país está dando. Foi só isso que ele fez para o País, mais nada. Certamente o senador Telmário Mota fez muito mais pela nossa nação.

Continuando, acho que é preciso ressaltar que Olavo de Carvalho, na condição de cidadão privado, tem todo o direito de opinar e dizer o que acha do governo. Ninguém tem o direito de dizer que ele deve ficar calado. Digo mais: nós, que elegemos Jair Bolsonaro, os quase 60 milhões que votaram em Jair Bolsonaro, queremos, sim, trocar uma ideologia por outra. Não votamos em um governo sem ideologia. Se a nossa pauta fosse liberalismo econômico, a gente poderia ter votado no João Amoêdo, do Novo; se quiséssemos um candidato do centrão, para fazer troca de favores, a gente poderia ter votado no Geraldo Alckimin. Mas, votamos num candidato da direita. Queremos um presidente de direita. O Prof. Olavo de Carvalho tem todo o direito de exigir um governo de direita. Não é o governo que vai dizer a um cidadão que ele não pode mais emitir a sua opinião.

Fica aqui o meu muito obrigado ao Prof. Olavo de Carvalho por toda a sua obra, pela influência que o senhor exerce em nosso país e que possibilitou que Jair Bolsonaro chegasse à Presidência da República. Desejo muitos anos de saúde, para que o senhor continue sendo esse ícone da direita brasileira.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Deputado Bruno Engler, primeiro quero parabenizá-lo por essa defesa oportuna, razoável e enfática do brasileiro, a quem todos nós devemos essa mudança de rumo político no Brasil.

Podemos extrair algumas lições desse episódio; não para nós, que já sabemos disso, mas para aqueles que insistem em dizer o contrário. A esquerda brasileira já ouviu o Bolsonaro e agora o ouviu novamente dizer o seguinte: “Eu não faço controle social da mídia. Isso nunca esteve no nosso programa de governo; esteve, sim, no programa de governo de um dos partidos de esquerda que

disputou a presidência”. Liberdade total de expressão. Excessos eventuais vão para a Justiça para serem discutidos. Então, esse é o presidente democrático. Ao contrário do que a esquerda diz.

O professor Olavo de Carvalho, deputado, como V. Exa. muito bem frisou, foi o expoente principal dessa mudança que aconteceu no Brasil. Quando todo mundo tinha vergonha de falar e de defender valores de direito, lá estava ele escrevendo obras. Mesmo assim, foi atacado e achincalhado, e ainda o é, nesse episódio.

Mas, diga-me: quem é irrelevante o suficiente para que a Globo, a todo-poderosa, dedique quase 10 minutos? E o chama de ideólogo. Poderia chamar de filósofo. Mas, coisas da Globo a gente entende.

No dia 6 de maio, às 20h22, manifestei-me sobre esse episódio na rede social. Vou ler o que escrevi para que aqueles que não leram tomem conhecimento; aqueles que leram, vão ouvir novamente: “O Prof. Olavo enfrentou praticamente sozinho a esquerda, após o fim do regime militar. Nós, militares, por outro lado, chegamos mais tarde na briga. Hoje, sentamos nas cadeiras e usufruímos da grande vontade de mudança proporcionada pelo povo brasileiro. Chegar mais tarde não deslegitima, mas também não engrandece. Porém, a falsificação da verdade, a presunção, a torpeza e a ingratidão com aquele que mais devíamos prezar, sem dúvida nos apequena.

Esse governo possui a obrigação moral de trocar uma ideologia por outra. Afinal, desmontar a superestrutura comunista e dar novos ares à direita, e de viés conservador, não é um dos pilares da eleição do presidente. Quem age contra isso e desautoriza os interesses do nosso presidente não pode estar ao lado do povo brasileiro.

Olavo não estava no Brasil como Trótsky esteve para a União Soviética, mas, sim, como Aristóteles um dia esteve para Alexandre, ou Thomas Morus esteve para Henrique VIII. Obrigado por tudo, professor”.

Encerrando, Sr. Presidente, devo ao militarismo a minha formação moral, intelectual e patriótica. E os militares já contribuíram muito com esta nação e vão contribuir mais ainda. Só que, com a esquerda não tem arrefecimento. A esquerda tem que ser combatida todo dia, em cada esquina, em cada escola, em cada universidade, em cada órgão de empresa, em cada casa democrática de parlamentares.

Então, sim, nossa guerra é ideológica contra a esquerda, que arreventou este país e, graças ao Prof. Olavo, hoje estamos aqui para defender e salvar a nossa pátria. Parabéns, deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler* – Coronel, quero parabenizá-lo pelo texto publicado e destacar o posicionamento de V. Exa., que é militar, é coronel da Polícia Militar e se posiciona de maneira firme em defesa do Prof. Olavo de Carvalho. Eles tentam colocar isso como se fosse uma dualidade, na qual os militares se opõem a Olavo e ele se opõe aos militares, o que é uma grande mentira. Existem algumas figuras militares dentro do governo, que querem briga com o Prof. Olavo de Carvalho, mas não é a totalidade dos militares. Seria uma irresponsabilidade fazer tal suposição.

Você, coronel de polícia, vir à tribuna defender o professor é prova viva de que não é unanimidade entre a classe militar o ataque ao professor Olavo de Carvalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta – Cumprimento o Sr. presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, grande companheiro, grande amigo; as senhoras deputadas e os senhores deputados. Boa tarde aos que estão presentes aqui, na Assembleia, acompanhando os trabalhos desta Casa.

Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Noraldino, que teceu comentários acerca da utilização de aeronaves pelo governador e de seu deslocamento para as regiões. Entendo que esta Assembleia realmente tem de estar atenta a situações iguais a essa porque, nada mais, nada menos, o problema foi levantado e gerou até processo contra ex-governadores. Enfim, é um problema que diz respeito à Casa. Não importa se o governador se desloca de avião, de carro, a pé, de bicicleta ou de patinete, que é a moda do

dia. Você pega um patinetezinho para andar para ali e para lá. Mais importante que isso, meu caro Noraldino: entendo que o governador tem de estar atento aos problemas que realmente afligem o nosso Estado.

Trouxe aqui um desses problemas, e ele é grave. A imprensa repercutiu uma fala do governador, uma ação do governo de Minas, em que ele diz que trechos de rodovias mineiras serão privatizadas. Recentemente tivemos de enfrentar uma das maiores aberrações de que o Estado participou – com a presença do deputado Cleitinho, que levantou o problema – sobre a privatização da BR-135. Fizemos uma audiência, levantamos e discutimos o problema e xingamos um bocado. Mas, de qualquer forma, Cleitinho, os postos de pedágio da BR-135 estão funcionando de maneira muito eficiente para eles, mas de forma precária para quem passa pela rodovia.

Privatizaram a BR-135 com as maiores taxas que são praticadas em Minas Gerais. E, agora, o governador Zema está falando aqui – não sou eu que estou dizendo –, que novos trechos de rodovias mineiras serão privatizadas. A justificativa é que o Estado e a União não têm como manter a conservação das nossas estradas e, por isso, eles irão passá-las para a iniciativa privada. Temos de tomar cuidado para que não ocorra o que aconteceu com a BR-135. Acho que essas novas privatizações... Não sei quais serão privatizadas, mas, se serão novas privatizações, muitas rodovias estarão prestes a passar para a iniciativa privada.

Lá em nossa região, a BR-251, que liga Montes Claros a Rio-Bahia, é um dos trechos. É a rodovia que mais mata em Minas Gerais e custa, todos os dias, recurso do governo federal para fazer um acostamento, consertar um piso. O governo federal já colocou a língua de fora e falou: “Não aguento mais. Vou passar para a iniciativa privada”. A outra rodovia, Tadeu, é a que liga Montes Claros a Pirapora, a BR-365. Ela já está na mira da privatização e também custou mais de R\$1.000.000.000,00 dos cofres públicos. Nós é que pagamos aquela rodovia.

Quero saber com base em que o governo vai privatizar novas rodovias aqui, em Minas Gerais. Com base nessa fala, meu caro Cleitinho, temos de convocar o secretário de Transportes e Obras Públicas para que venha a esta Casa e fale quais são os trechos e como serão feitas essas privatizações. Senão, vai fazer do mesmo jeito, vai descer goela abaixo da gente, vai enfiar a estrada, uma em cima da outra. Além disso, vão fazer as audiências públicas da mesma forma que fizeram com a 135, e serão conchavos entre compadres. Se não tomarmos cuidado, observaremos um conchavos entre compadres. Quer dizer, chamam lá uma empresa e lhe dizem: “Assuma aqui. Está do mesmo jeito. Faça aí um melzinho de coruja, bote uma meia dúzia de sujeitos ali para meterem a foice no mato e capinarem, troque a placa e pinte uma faixa”. E o povo é quem vai levar ferro, vai levar fumo porque pagará novamente taxas dessa natureza.

Vou dar-lhe um aparte, Paulo. Só um minutinho. Não acho que o governo Zema tenha a cara de pau que teve o governo Pimentel. Acho que o Zema é um pouco mais discreto, recatado, um homem que veio com boas propostas e está com boas propostas e não tem a cara de pau que teve o Pimentel, porque, certamente, o contrato foi feito na calada da noite no palácio. Fizeram ali... Sabe como é o negócio? “É assim mesmo e tal e pronto. Está feito. Vamos ficar caladinhos”. O Cristiano está rindo aqui, mas foi isso mesmo que aconteceu. Não há outra explicação. Ora, se você pegar a Fernão Dias lá para o Sul de Minas, a Rodovia 381 pela qual o deputado Paulo passa quase toda semana, o preço do pedágio é de R\$2,40. Já na nossa região, pela qual o Cristiano passou muitas vezes, é de R\$7,20. Quer dizer, para a região mais carente, o maior preço; e, para a mais rica, o menor preço. Não é que vocês estejam pagando menos; vocês estão pagando o preço justo. Nós é que saímos fora da curva e estamos pagando esse preço muito alto.

Pois não, Doutor Paulo. É com o maior prazer que o ouço.

O deputado Doutor Paulo (em aparte)* – Deputado Carlos Pimenta, queria acompanhar a sua fala e fazer uma observação sobre a nossa MG-290, ali na região de Pouso Alegre até a cidade de Jacutinga, que, na nossa região, é denominada Rodovia da Morte. Na semana passada, houve um manifesto em dois pontos da avenida. Os acidentes são constantes, inclusive com mortes. Não temos acostamento e há mato para todo lado e bambuzeiros. Nós sabemos fazer conta. Quando o governo fala em privatizar,

entendemos que a MG que não dá lucro não é privatizada. Não haverá ninguém para privatizá-la. Nenhuma empresa vai querer privatizar onde não há sustentação.

No ano passado, ou melhor, no final do ano retrasado, tivemos do governo federal a possibilidade de doação da BR-359, no Sul de Minas, para o governo do Estado de Minas Gerais, a fim de privatizá-la em conjunto com a MG-290. Haveria uma viabilidade econômica para que isso ocorresse. Estamos aqui com o nosso deputado Dalmo, vizinho e companheiro da nossa região, que tem lutado muito pela MG-290. Porém, se não tivermos uma forma efetiva de melhorar, privatizando ou não, aquela rodovia, não há contento, e passaremos mais 10, 20 anos com acidentes, com a rodovia em mau estado e a população a ver navios, dependendo de nós, deputados, cobrarmos do nosso governador. Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O deputado Carlos Pimenta – Perfeitamente. Muito obrigado pela sua participação. Só espero, Doutor Paulo – e vou passar a palavra para o Dalmo –, que vocês não sejam pegos de surpresa como fomos lá. Meu filho, é “um olho no cachorro e outro na linguiça”, porque, senão, acontecerá o mesmo que aconteceu no Norte de Minas. Então, procurem saber direitinho, não aceitem privatização nos modelos da nossa região e discutam à exaustão. Nós vamos fazer uma salada do Sul, do Norte e da região central, ali com o Cleitinho, a fim de trazeremos esse pessoal aqui para explicar qual é o plano de governo para as privatizações em Minas Gerais das estradas estaduais.

Pois não, Dalmo. É com o maior prazer.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Muito obrigado. Quero parabenizar V. Exa. por sua fala e também o deputado Doutor Paulo e manifestar, mais uma vez, a nossa intensa preocupação quanto à nossa MG-290. Aliás, V. Exa. é testemunha das tantas e tantas oportunidades em que usamos esta tribuna para cobrar efetivamente do governo uma saída, uma resposta. Aliás, são 92km de Pouso Alegre até a divisa do Estado de São Paulo, e estamos queremos, deputado Carlos Pimenta, pelo menos, neste momento grave em que estamos vivendo na Rodovia da Morte, o acostamento. São 11,5km, e o projeto já está pronto, autorizado pela Setop, pelo DEER. Em uma das últimas oportunidades em que ocupei esta tribuna, fiz um apelo ao governo Zema. Quando ele esteve aqui, em visita, nós lhe apresentamos e entregamos todo o projeto da MG-290. Não é possível mais esperar tanto tempo; estamos perdendo vidas.

No dia 1º, como o Doutor Paulo lembrou, houve uma manifestação. Hoje de manhã, tratei dessa situação com o nosso secretário Custódio, com o nosso secretário de Obras. Enfim, queríamos fazer esse apelo; como deputados lá votados, temos essa preocupação. Compactuo com V. Exa.: precisamos realizar obras emergenciais para que, pelo menos, não haja mais mortes, mais acidentes. Parabenizo V. Exa. Obrigado.

O deputado Carlos Pimenta – Obrigado, Dalmo, pela participação. Deputado Cleitinho, por favor.

O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte)* – Carlos, vou ser breve. Boa tarde a todos. Com relação à situação ocorrida na BR-135, cabe a nós aqui não deixar acontecer o que aconteceu lá. O que me chama a atenção, nessa situação dos pedágios, é o seguinte: no caso do meu pai, que vende verduras, será que ele vai pegar primeiro o dinheiro da população para depois entregar o tomate? Você está entendendo? É a mesma coisa do pedágio. Se querem privatizar algumas estradas – e realmente é preciso –, tudo bem, mas, primeiro, devem fazer as obras para depois cobrar. O que acontece hoje é que não fazem a obra e ainda têm coragem de cobrar.

O deputado Carlos Pimenta – E cobram.

O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte)* – Cobram – e cobram caro.

Então, cabe a nós, como representantes do povo, lutar contra isso e não deixar que o Zema faça como aconteceu no passado. Deixo aqui o meu mandato à disposição. Conte comigo para a gente trabalhar junto e fazer o melhor para o Estado.

O deputado Carlos Pimenta – Obrigado, Cleitinho. Nós vamos precisar mesmo, nós vamos entrar fervendo nesse povo, porque não vão fazer mais sacanagem como fizeram na região do Norte de Minas.

Para terminar, presidente, nesses 2 minutos que me restam, gostaria muito de chamar a atenção para um fato que aconteceu em Montes Claros, que me causou muita preocupação e que nós temos que passar a limpo. A imprensa de lá – o Gil Pereira está aqui presente, nosso representante da cidade e grande companheiro – divulgou que a água servida à população estaria contaminada com 18 tipos de agrotóxicos. Hoje, na Comissão de Saúde, levantamos o problema. Sabemos que isso está acontecendo em várias cidades abastecidas pela Copasa, e é importante que a empresa venha até a população para esclarecer esse fato.

Estamos sendo envenenados aos pouquinhos, todos os dias. É organoclorado, organofosforado, remédio para matar formiga, para matar cupim, e esse remédio é jogado de maneira indiscriminada nas plantações de eucalipto, na nossa região. A barragem de Montes Claros está no centro, exatamente, de uma grande plantação de eucalipto; a barragem está pequenininha lá no centro e, em volta dela toda, só há eucalipto. Quando chove – ainda bem que não estamos tendo problema de seca lá, a chuva é uma solução, uma bênção –, a água toda escorre e vai para dentro da barragem, e ali eles jogam muito esses organoclorados, organofosforados, enfim, esses venenos. O povo de Montes Claros está sendo envenenado.

Então, Gil, precisamos procurar, de uma certa maneira, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na Comissão de Saúde, fazer um debate. Precisamos obter uma proposta, uma resposta, uma posição da Copasa. Eu não quero ficar morrendo aos pouquinhos. Esses venenos causam problemas neurológicos e diminuem a resistência das pessoas. A população de Montes Claros está sofrendo, primeiro, com o descaso da Copasa, que é uma coisa horrorosa; e agora com a péssima qualidade da água que está sendo servida ao povo. Então, Cristiano, terminando, quero deixar muito claro que vamos passar a limpo essa notícia. Vamos passar a limpo essa reportagem. A Copasa terá de se explicar e dizer se estamos bebendo água com veneno ou não. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas parlamentares. Boa tarde àqueles que nos acompanham das galerias da Assembleia Legislativa. Boa tarde aos que nos acompanham pela TV Assembleia. Boa tarde a toda a imprensa que acompanha os nossos trabalhos parlamentares.

Presidente, subo à tribuna, nesta tarde, para falar sobre educação, trazendo alguns dados e prestando contas da atuação parlamentar da Comissão de Educação. Nos dias de ontem e hoje, foram feitas votações e debates relevantes não só para Minas Gerais, mas também para o nosso país.

Queria compartilhar com todos, presidente, que o Brasil ocupava uma das últimas posições em investimento em ensino superior. Estávamos atrás de países como Indonésia, Argentina, Colômbia, México. O Brasil vinha, na última década, reagindo a essa posição mundial, reagindo a esse atraso estrutural do nosso sistema, de forma que temos hoje um dos principais sistemas de formação superior do mundo.

Trago-lhes alguns dados que são importantes: o Brasil tem 2.448 instituições de ensino superior; 3 milhões de novos alunos no ensino superior; mais de 1 milhão de profissionais formados; 35 mil cursos de graduação; 50 mil mestres; 17 mil doutores.

Além disso, a universidade pública é responsável por 95% da pesquisa e por quase 25% das matrículas do ensino superior. Nossas universidades públicas realizam, por ano, 17 milhões de exames; realizaram 6,8 milhões de consultas médicas; realizaram 339 mil internações, por meio do sistema de hospitais de toda a rede universitária. As nossas universidades possibilitaram um processo de inclusão sem precedente. Em 2001, cerca de 27% das matrículas no ensino superior eram de estudantes com renda de até dois salários mínimos. Em 2015, passaram de 27% para 67% as matrículas de universitários com renda de até dois salários mínimos. Os estudantes declarados não brancos, em 2001, eram 23,3%...

Gente, como é difícil falar com todo mundo conversando! É uma metodologia de sala de aula que trago comigo, mas vou continuar. Podiam fazer as reuniões falando em um tom mais baixo, mas tudo bem. Vamos lá.

Estudantes não brancos, em 2001, representavam 23,3% das matrículas. Em 2015, deputado Dalmo, 44,4% dos estudantes universitários, deputado Luiz Humberto...

Estava informando, presidente, que, em 2001, 27% dos universitários com renda até dois salários mínimos frequentavam as nossas universidades. Em 2015, Luiz Humberto, isso passou para 67,5%. Também estava contando que os estudantes não brancos, em 2001, eram 23,3% das matrículas e, em 2015, eram 44,4% das matrículas.

Estamos falando que o nosso país tem uma média de 18% dos brasileiros de 24 a 64 anos com curso superior, enquanto a média mundial é de 28%. No Chile, a média é de 24%; na Rússia, de 54%. O Brasil ocupa uma das últimas posições no *ranking* de investimento por aluno. Investimos 13% do que os Estados Unidos investem por aluno no ensino superior; 15% do que o Reino Unido investe; 44% do que o Chile investe e 58% do que a Colômbia investe por aluno no nível superior. Acabamos de ver o anúncio de um corte de 44% no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de um corte sem precedentes no orçamento, que atinge estruturalmente as nossas universidades públicas e os nossos institutos federais, em nosso estado e em nosso país.

Trouxe todos esses números para prestar contas do trabalho da nossa Comissão de Educação, que, vendo o caminho que o nosso país e o nosso estado trilhavam em relação à ciência, à pesquisa, à tecnologia e ao ensino superior, nesta Casa, lançou, ontem, com a participação e a assinatura de 75 parlamentares, uma Frente Parlamentar em Defesa da Pesquisa, Ciência e Tecnologia. E hoje, durante os nossos trabalhos da Comissão de Educação, aprovamos os requerimentos dos deputados Dalmo, Jean Freire e Cristiano Silveira para a realização de uma audiência pública, onde exatamente debateremos o corte no orçamento, nesse contingenciamento anunciado em relação às universidades federais e aos nossos institutos federais.

Ontem, antes da nossa audiência pública que debateu a importância da ciência, da pesquisa e da tecnologia, e, no lançamento da nossa frente, contamos com uma presença importantíssima da Marcha pela Ciência: em Defesa da Fapemig, com mostras que ocuparam vários espaços da nossa Casa, com a presença de estudantes da educação básica que trouxeram experiências interessantíssimas relacionadas ao cotidiano da pesquisa, da ciência e da tecnologia, com projetos da UFMG, do Cefet, da Fundação Oswaldo Cruz e da Fundação Ezequiel Dias, trazendo a importância do que é o cotidiano da pesquisa e do ensino em nosso país. A exposição do Museu Itinerante da UFMG também esteve conosco ontem durante todo o dia, demonstrando a importância de tudo isso para o nosso país.

Termino, deputado Hely Tarquínio, compartilhando com o senhor e com todos os que estão nos ouvindo as experiências trazidas pelos jovens, que, na audiência pública da Comissão de Educação, realizada hoje, apresentaram a importância do programa Valores de Minas para o futuro.

Trouxe todos esses dados numa tentativa de demonstrar o quão importante é que o nosso país continue investindo nas universidades, nos institutos federais e em educação, pois estamos fazendo uma disputa de futuro. Se não impedirmos o contingenciamento que foi anunciado pelo governo federal, estaremos jogando gerações a uma ausência de perspectiva de futuro em nosso país. Então é urgente que possamos chamar essa responsabilidade do debate, assim como já fizemos em relação ao debate sobre ciência, pesquisa e tecnologia, com uma proposta de emenda à Constituição, de iniciativa do deputado Cristiano Silveira, que propõe inclusive o repasse automático dos recursos da Fapemig, para que não tenhamos o comprometimento da nossa pesquisa no Estado.

O lançamento da frente é outra iniciativa. É um pouco isso que as pessoas esperam de nós. Eu, como parlamentar, farei resistência a todas as propostas que retiram direitos, mas além da resistência é preciso que sejamos propositivos. Nesses dois dias, a Comissão de Educação e os demais parlamentares da Casa que quiseram somar apresentaram proposições que vão desde a constituição da frente, à proposta de emenda à Constituição e outras iniciativas. Se não trouxermos isso, não sei como cada um de nós

vai responder à sua base no futuro, quando não houver instituto federal, quando não houver cursos nas universidades federais, quando as nossas universidades começarem a fechar e quando houver a propagação do ensino superior somente pela iniciativa privada.

Então, presidente, presto contas desse trabalho desenvolvido pela nossa comissão, que não foi exclusivo dela. Ontem tivemos a presença das reitoras da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal de Lavras, da Universidade Federal de Ouro Preto, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, da Unimontes, da Uemg, e de tantas outras, como da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Associação Brasileira de Ciências, da física, enfim, reunimos muita gente disposta a fazer a luta em defesa da educação, seja da educação básica, da educação superior, e da ciência, pesquisa e tecnologia. Então essa é a prestação de contas, presidente, àqueles que quiseram ouvir do processo que construímos propositivamente, naquilo que é pertinente aos nossos trabalhos. Em breve, haverá audiência pública para debater – aliás, o senhor é um dos autores do requerimento aprovado na Comissão de Educação hoje – o contingenciamento e o futuro dos nossos institutos federais e das nossas universidades federais. Dizia Darcy Ribeiro: “O que acontece na educação não tem nada a ver com a crise. O que acontece na educação é um projeto”. E é essa disputa de projetos que estamos fazendo por mais Estado, por mais educação, por mais matrículas e por mais inclusão.

O deputado Hely Tarquínio (em aparte) – Quero apenas parabenizá-la pela iniciativa que tem tomado em favor da educação historicamente, mas agora, como deputada, quero louvar sua iniciativa com essas convocações, essas reuniões que estão acontecendo, essa verdadeira convocação pela presença dos interessados. Vivemos um momento difícil de recursos. Portanto quero parabenizar também a proposta do nosso Cristiano, com essa PEC. Estaremos aí para aprová-la, se Deus quiser, para apoiá-la, contando com o apoio de todas as bancadas. Estamos prevendo uma desconstrução da cidadania na educação. E educação é a base de toda a cidadania. A grande verdade é esta: a educação nos permite entender toda essa complexidade da própria existência.

Então queria dizer de público que também apoio. Observei todas as iniciativas que tomou desde o primeiro dia com o presidente da Casa. Acho que isso é um chamamento muito importante numa hora difícil, entretanto não pode faltar recurso. Sem pesquisa, como vamos fazer? A pesquisa evolui com a nossa existência, isto é, tem aumentado a expectativa de vida, democratizando nossa vida em busca da socialização do direito, em busca do equilíbrio social. Sem educação, jamais teremos luz na nossa vida. Então quero parabenizá-la mais uma vez. A universidade é a luz para interpretar o mundo.

A pesquisa é uma coisa difícil que precisamos incentivar. Temos a lei do Dia do Pesquisador para incentivar os jovens no caminho da pesquisa. Até quero contar com seu apoio para procurarmos o governo visando despertar a vocação para a pesquisa. Com a pesquisa, podemos transformar o mundo em um mundo melhor. Então quero parabenizá-la pela iniciativa. Vamos juntos!

A deputada Beatriz Cerqueira* – Obrigada, deputado.

É exatamente isso. Os depoimentos dos ex-alunos do programa Valores de Minas, que está suspenso pelo governo do Estado, disseram exatamente isto: como programas que relacionam educação e, no caso, cultura, são fundamentais para serem caminhos de luz. Há muita gente disputando a nossa juventude. Se não a disputarmos pela educação e pela cultura, depois não entenderemos como parte da nossa juventude foi para outros caminhos. A disputa se faz é agora, pela educação, pela cultura, pela ciência, pela tecnologia, pela pesquisa. Muito obrigado.

* – Sem revisão da oradora.

O presidente – Obrigada, deputada Beatriz. Parabéns pelo trabalho que tem feito na Comissão de Educação. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar, já que podemos entrar na fase de votação, para fazer uma observação. Está na pauta para discussão, em turno único, o veto nº 1/2019. Para esse projeto, deputado Osvaldo Lopes, já pedi o apoio de V. Exa., do deputado Grilo e de outros colegas, mas venho aqui fazer um apelo ao conjunto de deputados e deputadas para que possamos derrubar esse

veto. Por que derrubá-lo? Já até pedi o apoio do deputado Luiz Humberto, líder do governo, para que possamos fazer um apelo pela derrubada desse veto.

Olhe, deputado Osvaldo Lopes, V. Exa., que foi vereador por Belo Horizonte até pouco tempo e reside aqui, sabe que, nas grandes cidades do Estado, vivemos um problema gravíssimo em termos de segurança pública com a questão dos chamados flanelinhas, aquelas pessoas que se intitulam guardadoras de carros, mas que, na prática, fazem extorsão, pois ameaçam os proprietários de veículos. Isso ocorre quando as pessoas chegam para estacionar os seus veículos e são ameaçadas de diversas formas. Isso acontece em alguns momentos, quando o cidadão está chegando para um *show*, para um evento de casamento, para um evento num estádio de futebol e também nas portas das faculdades. É sempre aquela chantagem, muitas vezes, velada. Isso quando o proprietário é do sexo masculino. Se for um homem com idade avançada, um velhinho, ou se for uma mulher, aí a extorsão e ameaça são escancaradas. O que propomos aqui? Não podemos legislar no âmbito penal, mas podemos legislar no âmbito administrativo. Então, os entes têm total autonomia para legislar neste último caso.

Estamos debruçados sobre esse tema há muito tempo, debatendo e ouvindo autoridades, pessoas renomadas da área. Tentamos, obviamente, encontrar uma forma de ajudar as Polícias Civil e Militar a prevenirem e reprimirem a prática de extorsão escancarada do chamado flanelinha, que, na verdade, está ali para praticar crime. Ele é muito diferente daquele que realmente se estabelece como lavador de carro e ganha a sua vida de forma honrada, de forma séria, e há muitos que ganham a vida assim. Às vezes, são chefes de família que ganham o seu sustento ali, lavando carros, tomando conta de veículos e ganhando seu dinheiro de forma lícita e honesta, com absoluto respeito ao proprietário do veículo, em absoluta relação de confiança. Há uma diferença enorme entre este e o chamado flanelinha, que fica ali esperando a hora da extorsão.

Há pouco tempo, acredito que há 30 dias, eu, que sou morador da região da Pampulha, deputado Osvaldo Lopes, presenciei um fato assim, de forma escancarada. Mesmo descendo três homens de um veículo, o flanelinha chegou e extorquiu R\$20,00 deles à luz do dia. Por coincidência, eu estava no muro da minha casa, consegui filmar, tirei foto do veículo, acionei a Polícia Militar, e a viatura chegou. Eu passei todas as características físicas e a vestimenta do cidadão que praticou a extorsão, que foi preso em flagrante. Uma situação como essa é muito difícil! As mulheres, deputado Osvaldo Lopes, são sempre as vítimas mais frágeis e escolhidas para esse tipo de prática de crime.

Então, esse veto que o governo infelizmente fundamentou de forma absolutamente equivocada, não prevê alteração de legislação penal; ele cria um cadastro de pessoas que ficará à disposição da Polícia Civil e da Polícia Militar, facilitando demais a identificação por parte dos órgãos de segurança pública. Dessa forma, evitaremos não só a prática do crime de extorsão, mas também o arrombamento a veículos. Se você deixa uma máquina fotográfica, um celular, uma pasta com documentos no veículo, tudo vira motivo para arrombamento. Pode ser até um casaco, uma jaqueta de couro, algum pertence que faz com que as pessoas que passam percebam ser um objeto de valor.

Portanto, quero aqui contar, deputados João Leite, Dalmo e demais colegas, com o apoio dos senhores para podermos derrubar esse veto e fazer com que as instituições Polícia Militar e Polícia Civil tenham mais uma ferramenta na mão para exercerem sua atividade, no Estado de Minas Gerais, de prevenção e repressão ao crime.

O deputado Osvaldo Lopes (em aparte)* – Exmo. Deputado Sargento Rodrigues, essa questão dos cuidadores e lavadores de carro no nosso município principalmente... Quando era vereador aqui na capital, apresentei um projeto de regulamentação dessa profissão, que vem ao encontro de sua fala. Nós sabemos como incomoda e é realmente agressiva a forma com que agem os flanelinhas e os toureiros, como também são chamados. São aquelas pessoas que de fato chegam e colocam terror, como o senhor disse, principalmente em idosos, idosas e mulheres. Nós temos de coibir esse tipo de prática no nosso estado. Esse projeto é de minha autoria na Câmara Municipal de Belo Horizonte, está tramitando e já foi até votado em 1º turno. Nós estamos acompanhando a sequência, a próxima data da votação em 2º turno.

Diante disso, deputado Sargento Rodrigues, sou totalmente solidário a V. Exa. quanto a esse assunto. Desde já, pode contar com o nosso irrestrito apoio.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, deputado Osvaldo Lopes. Eu fiz questão de me referir à V. Exa., que exercia a função de vereador, tinha contato direto com a capital e tem condições muito mais tranquilas para falar exatamente daquilo que nós tínhamos como objetivo.

É bom deixar claro, deputado Luiz Humberto Carneiro, que quem propôs o veto não foi esse governo, foi o governo anterior. Foi ele que o assinou. Aí, deputado Luiz Humberto, pesou ainda o fato de ser este deputado um opositor ferrenho do governo anterior. O projeto de lei, votado aqui em 1º e 2º turnos, com todos os votos favoráveis, nenhum voto contra, nenhuma abstenção, diz o seguinte: “A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º – A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – manterá banco de dados com o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. Art. 2º – No banco de dados a que se refere o art. 1º, constarão, entre outras, as seguintes informações: nome completo, filiação, data de nascimento, número do documento de identificação, endereço residencial, local onde o identificado presta o seu serviço e fotografia do identificado. Art. 3º – As informações previstas no art. 2º deverão ser atualizadas periodicamente pela PMMG. Art. 4º – O acesso ao banco de dados de que trata essa lei obedecerá ao disposto na Lei nº 13.968, de 27/7/2001.” Essa lei também é de minha autoria, deputado Osvaldo Lopes. Ela tratou da integração do banco de dados das Polícias Civil e Militar do Estado, regulamentando, na época, o art. 297 da Constituição Estadual. Portanto, não tivemos nenhum voto contrário, todos os votos foram favoráveis. Ele passou pelas comissões necessárias e, infelizmente, por eu ser um grande opositor ao governo passado, acabou pesando esse fator e não houve uma visão mais republicana. A meu ver, o ex-governador Fernando Pimentel não conhecia, não conhece e, muito provavelmente, não vai conhecer essa palavra “republicano”. Por isso opôs o veto a uma matéria de fundamental importância que trará mais segurança ao povo de Minas Gerais. É um absurdo. Por quê? Deputado Osvaldo Lopes, demais colegas deputados, deputados Luiz Humberto, Tadeu Leite, Sávio Souza Cruz, o cidadão proprietário de um veículo já paga impostos demais, paga ICMS, IPI, IPVA, taxa de emplacamento, e agora descobri uma nova taxa, deputados Osvaldo Lopes e Tadeu Leite. Ouvindo denúncias gravíssimas envolvendo o Detran, fiquei sabendo que ele paga, segundo as palavras do próprio deputado Delegado Heli Grilo, uma taxa de emergência, que é um por fora. A taxa de urgência, bem lembrado pelo deputado João Leite. Ele paga um por fora para ver se o vistoriador consegue agilizar os documentos da sua tramitação. O cidadão não aguenta pagar mais imposto e ainda tem o seu carro danificado, arrombado, e extorquido à luz do dia.

Por fim, deputados Osvaldo Lopes, Tadeu Leite, Cássio Soares, nosso líder, que espero que oriente a derrubada do veto, trago para as senhoras deputadas e os senhores deputados a experiência do que foi o abandono dessa questão no Estado do Rio de Janeiro. Muitos dos nossos colegas deputados não sabem disso, mas, no Rio de Janeiro, essa história de flanelinha tomar conta de carro e extorquir... Eles passaram a vender o quarteirão por R\$50.000,00, R\$80.000,00, R\$100.000,00, R\$150.000.000,00. “Espera aí, deputado, o senhor disse que os tomadores de conta de carro, no Estado do Rio de Janeiro, vendem o quarteirão?”. Vendem a exploração do quarteirão, tamanha é a situação de fragilidade, da criminalidade e da violência, no Estado do Rio de Janeiro. Eles chegaram a esse ponto. Eles dominam tanto o controle dessa extorsão no Estado do Rio de Janeiro que vendem quarteirões. Então não podemos deixar isso.

Este estado é Minas Gerais, deputado Osvaldo Lopes. Aqui é a Polícia Militar de Minas Gerais, a Polícia Civil de Minas Gerais. Não podemos permitir que aqui fique no estágio a que chegou o Rio de Janeiro: o criminoso, o chefe da quadrilha vendendo um quarteirão para ser explorada a extorsão de motoristas e proprietários de veículo.

O deputado João Leite (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, realmente quem vetou não entende absolutamente nada. Enquanto V. Exa. falava, eu me lembrava de Rudolph Giuliani, que trabalhou nessa direção. A primeira coisa que ele enfrentou foram os chamados borradores. Temos borradores também nos sinais de Belo Horizonte e de outras cidades de Minas Gerais, que são

aqueles que querem limpar o para-brisa do nosso carro e acabam borrando-o, sujando-o mais. Temos essa infinidade de atuações na rua, trazendo uma insegurança muito grande.

É interessante ler a fundamentação do veto, que é de alguém que não conhece absolutamente nada. Alguns acham que este tema é municipal, mas não é, é um tema de segurança pública, e o legislador estadual legisla na segurança pública concorrentemente com o legislador federal.

Como Rudolph Giuliani mudou a história de Nova York? Não permitindo que acontecesse o que alguns chamam de pequenos crimes que, na verdade, não são pequenos. Se uma cidade ou um estado não é organizado, se é permitido tudo, se pode fazer tudo, se alguém vai cobrar dinheiro para a pessoa parar numa rua pública, se as pessoas podem entrar na via pública e borrar os para-brisas e tomar conta de carros... Foi nisto que Rudolph Giuliani, que era procurador do Estado de Nova York, pegou: “A pessoa pode ficar na rua? Não, é inseguro e não pode”. Então, ele começou a prender as pessoas que ficavam nas ruas trazendo insegurança aos transeuntes, àqueles motoristas dos automóveis, e mudou a história de Nova Iorque.

Conte com o meu apoio e o meu voto para derrubarmos esse veto daquele que já foi e não deixou saudades. O governador Pimentel mostra, com esse veto, o que foi o governo dele: um governo que não se preocupou com a segurança pública e com a organização do Estado. Conte comigo.

O deputado Sargento Rodrigues – Muito obrigado, deputado João Leite. V. Exa., que está sempre atento às questões da segurança pública, já presidiu a comissão por três vezes e sabe exatamente o tamanho da nossa preocupação com o cidadão.

O deputado João Leite destaca, presidente, a questão de Rudolph Giuliani, prefeito de Nova Iorque que adotou aquela teoria das janelas quebradas. Essa teoria deve fazer um trabalho de manutenção da ordem pública desde o delito de menor potencial ofensivo, para que a pessoa não consiga alçar o segundo degrau do delito, ou seja, o delito de maior potencial ofensivo. Isso é a polícia de costume, essa é a manutenção da ordem pública, que compete à Polícia Militar – a manutenção e a preservação da ordem pública pertencem a ela. A organização desse espaço público está intrinsecamente atrelado a essa questão da Polícia Militar enquanto polícia ostensiva.

Então, presidente, nós, aqui, aportamos a iniciativa desse projeto, que é um projeto simples. Ele cria apenas um cadastro, porque, com ele, a polícia saberá quem está exercendo a função de lavador de carro e que realmente aquele é um trabalhador sério. Não se trata de disciplinar profissão de ninguém, não se trata de criar embaraço ou de ser competência da União, como são as razões do veto – as razões do veto são absolutamente equivocadas. Na verdade, elas não seriam equivocadas se a gente não soubesse, deputado João Leite, o motivo. E o motivo era muito simples, deputado Osvaldo Lopes. Primeiro, que o governador estava diante do deputado que era o maior opositor ao governo do PT. Segundo, que os comandantes da PM estavam ideologicamente alinhados com o governador e me atacavam constantemente, inclusive de maneira apócrifa. Então, não poderíamos ter um resultado diferente dessa matéria. E infelizmente ele não soube ter uma postura republicana, enquanto governador, não soube enxergar que essa lei é boa para a Polícia Militar, enquanto instrumento para fazer policiamento ostensivo, manutenção e preservação da ordem pública. Esse era o pensamento que ele deveria ter enquanto governador. Mas, como disse o deputado João Leite, foi tarde e não deixou lembrança.

Queremos aqui, deputado Hely Tarquínio, pedir apoio de V. Exas. para a derrubada desse veto, para que a Polícia Militar tenha em mãos a possibilidade de fazer um cadastro, que será acessado de forma comum com a Polícia Civil. Aí, sim, principalmente as mulheres vítimas da extorsão do flanelinha estarão mais protegidas, porque existirá um cadastro, um acompanhamento. E a Polícia Militar terá mais um motivo para fazer as abordagens a esse tipo de criminoso, que se esconde sob o manto de ser flanelinha, entre aspas, mas não é aquele lavador, aquele guardador de carro que, muitas vezes, sobrevive daquela atividade, daquele trabalho, daquela função que verdadeiramente exerce. São pessoas que normalmente flutuam, ficam ali momentaneamente. O cidadão que presenciei e denunciei e que a Polícia Militar prendeu em frente a minha casa só ficava ali na hora do jogo. Ele leva R\$20,00, R\$30,00, dependendo da vítima. Ou melhor, deputado Osvaldo Lopes, dependendo da cara da vítima. Se for um senhorzinho, se tiver cabelo

crisalho, com idade bem avançada, o poder de ameaça, de persuasão dele é muito mais forte, pela fragilidade da vítima. Se é uma senhora, se é uma mulher, ele sabe que conseguirá intimidá-la: “Você pode voltar e seu carro estar arranhado, seu pneu estar furado”. Se a pessoa, subindo a Raja Gabaglia, vai a um evento no Buffet Catharina, quando ela voltar, o carro estará com o retrovisor quebrado, o carro está arranhado. Por quê? Porque ele não deu R\$20,00, R\$30,00, mediante a ameaça e à extorsão praticada pelo flanelinha. Então esse projeto de lei que foi votado por unanimidade em 1º e 2º turno, que não teve voto contrário, que não teve abstenção e que não teve voto em branco, agora, volta na condição de veto, vetado pelo ex-governador Fernando Pimentel, que não está mais no poder, o que dá a liberdade ao nosso líder de governo de pedir orientação, para que a gente possa fazer a derrubada do veto.

Eu estou ocupando a tribuna para falar desse assunto, Sr. Presidente, porque já é o primeiro projeto, já é o primeiro veto. Então já facilito e não preciso mais fazer o encaminhamento, mas peço aos líderes, aos deputados Gustavo Valadares, Cássio Soares, André Quintão, Sávio Souza Cruz e Luiz Humberto Carneiro que orientem os seus blocos, para que a gente derrube o veto, para quê? Para que a população tenha um pouco mais de segurança, mais paz e mais tranquilidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cássio Soares* – Para encaminhar o Veto nº 2/2019, em turno único. Os deputados do Bloco Liberdade e Progresso posicionam-se pela manutenção do veto, com exceção do art. 18. Quando fizermos o destaque do art. 18, vamos orientar pela derrubada do veto. Mas, neste momento, é “sim”, pela manutenção do veto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Da mesma forma, a nossa orientação nesses artigos é pela manutenção do veto. Voto “sim”.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, nós vamos encaminhar pela derrubada do veto porque se trata de um projeto que inclui vários municípios na área de abrangência da ação regionalizada de municípios que precisam dessa inclusão. Então, vamos votar pela derrubada do veto.

O deputado Gustavo Valadares* – Nós vamos encaminhar pela manutenção do veto porque se trata de um projeto que inclui municípios de regiões completamente distintas na área de regulação do Idene, deixando de fora, inclusive, municípios vizinhos, circunvizinhos dos que estão incluídos, com uma realidade muito parecida – para não dizer idêntica –, que deveriam também ter a sua inclusão, mas não estão sendo incluídos. Podemos discutir esse assunto numa próxima oportunidade. Por isso estamos encaminhando pela manutenção do veto, votando “sim”.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cássio Soares* – Aos deputados e deputadas do Bloco Liberdade e Progresso, de igual modo, a nossa sugestão é pela manutenção do veto, considerando que a proposta está incluindo, na região do Idene, municípios que são da região Noroeste, que não são afetos à área de atuação do Idene. Dessa forma, nosso encaminhamento é pela manutenção do veto, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Virgílio Guimarães* – Queria dar uma explicação aqui. Observando bem esse projeto de lei, vamos ver que ele pega alguns municípios da região Noroeste, que são exatamente aqueles que estão na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride-DF, que hoje está sendo transformada em região metropolitana de Brasília. É a chamada área metropolitana de Brasília. Esses municípios estão numa pequena nesga de municípios que separa, digamos, toda a área de abrangência do Idene e, por suposto, da então Secretaria de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste, agora subsecretaria. Por que é importante? Creio que talvez não tenha havido uma compreensão ainda suficiente do porquê, da importância da ligação para o desenvolvimento estratégico em relação com Brasília. Minas não recebe os influxos positivos do desenvolvimento de Brasília. Brasília deu impacto positivo para a marcha para o Oeste do Brasil, como queria o então presidente mineiro Juscelino Kubitschek, exceto no seu vetor em

direção a Minas Gerais. O vetor 040 se desenvolveu exatamente naquele ponto que, calculadamente, foi pensado e tocado para o Distrito Federal não ser uma região mediterrânea dentro de Goiás, não ser uma ilha dentro de Goiás, vamos dizer assim. Sobretudo agora, com a região metropolitana, é fundamental que os influxos, que o vetor de desenvolvimento Brasília passe por Minas Gerais, transponha toda a região abrangida por uma estratégia de desenvolvimento regional, que vai se ligar inclusive ao litoral. Isso faz parte, inclusive, do pensamento de Juscelino, quando ele criou a BR-397, que era chamada de sonho de JK, ligando Diamantina a Porto Seguro, se não me engano. Era exatamente uma visão estratégica de desenvolvimento.

Isso exige vetores de desenvolvimento. Quanto a esse vetor de desenvolvimento, que é pouco explorado, pouco pensado, tínhamos em Minas Gerais a obrigação de pensá-lo. Tínhamos de pensar em Goiás todo, indo até o Mato Grosso. Tínhamos de pensar todo esse impulso desenvolvimentista, que brotou do desenvolvimento de Brasília. Ele é raquítico, é inexistente na linha de ligação de Minas Gerais, do Noroeste do Estado e do Norte de Minas.

A ligação Montes Claros a Brasília é fundamental para o desenvolvimento de todo o Norte de Minas. Não é para levar benefícios, poços artesianos, barraginhas. Isso também conta, mas o fundamental é que nosso órgão de desenvolvimento tem de pensar estrategicamente Minas Gerais. Tem de pensar os vetores do futuro. Para isso é que Brasília foi criada também. Não foi só uma estratégia de defesa nacional.

Sou enfático, presidente, na manutenção. Talvez o próprio governo não tenha sido bem informado. São poucos os municípios, é apenas aquela nesga de municípios que separam o nosso grande Norte e Nordeste mineiros da cidade de Brasília. Hoje alguns deles foram incluídos na área metropolitana de Brasília. Estamos excluindo do pensamento estratégico da nossa subsecretaria, que tão bem foi mantida pelo atual governo, no acordo feito aqui com a Assembleia Legislativa, através da nossa bancada norte-mineira, tão bem liderada pelo deputado Tadeu Martins.

Queria dizer que talvez esse projeto não vigore desta vez, mas espero voltar ao tema com uma discussão mais aprofundada sobre a ligação da nova Região Metropolitana de Brasília, que está um passo à frente da Ride. A Ride foi importante para Goiás, e aproveitamos pouco da Ride, que é a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Este, talvez, seja o momento de voltarmos a uma reflexão sobre a estratégia, sobre o vetor de desenvolvimento e sobre a importância dessa ligação Brasília-Norte de Minas, e Norte de Minas com o litoral, como um vetor de desenvolvimento essencial para Minas Gerais e para o Brasil.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Vítor Xavier* – Presidente, queria fazer coro com o deputado Virgílio Guimarães. Hoje sou votado na cidade de Unai e tenho acompanhado, muito de perto, o que tem acontecido na região. Na semana passada, tive uma reunião com o governo, oportunidade em que apresentei a situação de quase isolamento da região. Ouvi de um subsecretário do governo, na semana passada, a seguinte frase: “Olhe, é como essa região quase não pertencesse a Minas Gerais”. Isso é um fato. São tratados, ali na região, quase como se não pertencessem a Minas Gerais. O deputado Inácio Franco também é votado lá, é um empresário naquela região, faz um belo trabalho e sabe o que estamos dizendo. O deputado Gustavo também é votado ali e conhece a realidade.

Aquela região Noroeste de Minas é tratada quase como uma região à parte do Estado de Minas Gerais, e não deveria ser assim, porque lá eles são tão mineiros quanto nós, eles merecem o respeito do Estado e do governo de Minas Gerais tanto quanto nós e merecem ser incluídos em programas que ajudam no desenvolvimento.

Então, considero o argumento que é utilizado pela liderança de governo para a derrubada do projeto um tanto quanto desconexa da realidade, até porque é o oposto do que o próprio partido da liderança de governo usa para incluir algumas cidades de Minas Gerais e do Jequitinhonha em projetos de inclusão do Norte e Nordeste do Brasil. Então o argumento de incluir algumas cidades de Minas Gerais que foi levado à Câmara Federal pelo próprio partido que hoje lidera o governo como mote para a inclusão aqui vai ser usado para a exclusão?

Então acho que deveríamos fazer o contrário, presidente. Derrubar o veto para que essas cidades sejam incluídas, e, oportunamente, sob sua liderança, presidente... Aliás, discutimos a ampliação dessa questão para que outras cidades da região também possam ser incluídas e para que a gente evite o isolamento que acontece hoje do Noroeste de Minas. Faço esse apelo aos colegas para que evitemos esse isolamento, que acontece hoje, de uma região importante do Estado, seguindo inclusive o mesmo raciocínio que nós, mineiros, temos usado para que algumas cidades de Minas sejam incluídas em projetos, por exemplo, da Sudene. É incoerente Minas Gerais lutar para que algumas cidades sejam incluídas na Sudene, em razão da necessidade de se ampliar o benefício para essas cidades.

Existe um projeto na Câmara Federal que é patrocinado pelo próprio PSDB e pelo hoje presidente do PSDB, deputado Paulo Abi-Ackel, para que as cidades daquela região sejam incluídas na Sudeco, que é a área de desenvolvimento da Região Sudoeste. Por outro lado, aqui, o partido se posiciona contra. É mais uma das eternas incoerências de quem apenas quer servir ao poder e bajular o poder, como gosta de dizer o deputado Sávio Souza Cruz.

Então, presidente, vamos discutir a coisa com a profundidade e com a coerência devida. Não é apenas incluir essas cidades, mas, liderados por V. Exa., que é o grande líder desta Casa, também incluirmos outras cidades para evitar o isolamento dessa região já tão prejudicada em razão do tratamento que recebe do Estado de Minas Gerais. É fundamental incluirmos mais cidades, e o senhor, que está ali do lado, deputado Hely, sabe como elas sofrem com o isolamento, e, apenas por uma pirraça, talvez elas continuem isoladas.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cássio Soares* – Sr. Presidente, em homenagem ao nosso colega, deputado Doorgal Andrada, quero dizer que, em que pese a proposta do deputado Lafayette ser louvável e muito importante para os mineiros, ela se mostra neste momento inconstitucional. Por isso estamos opinando pela manutenção do veto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Quero orientar a votação, Sr. Presidente, pela manutenção do veto. Voto sim.

O deputado Noraldino Júnior* – Sr. Presidente, esse veto é de extrema importância para o Estado de Minas Gerais. Estamos encaminhando para a manutenção do veto. Quero explicar aos deputados que, sem esse veto, haverá a aprovação automática de projetos ambientais, o que significa que, se uma empresa entrar com um processo ambiental e a secretaria não der resposta em quatro meses, o processo estará aprovado automaticamente. Então esse projeto joga fora todos os avanços ambientais que tivemos, inclusive a Lei Mar de Lama Nunca Mais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gil Pereira* – Sr. Presidente, a Emater e outras pessoas da agricultura familiar me procuraram. Acho que um projeto tão simpático, tão leve para que o agricultor familiar, que é tão sofrido, que mora no campo – não é, Antonio Carlos Arantes? – possa ter os seus produtos destacados nos supermercados, hipermercados, enfim, para que ele possa mostrar a sua qualidade e o seu trabalho, deve ser acatado.

Então, peço aos colegas deputadas e deputados que possam avaliar o mérito e votar pela derrubada do veto. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Presidente, solicito aos deputados do Democracia e Luta que votem juntos com o deputado Gil Pereira pela derrubada do veto.

O deputado Gustavo Valadares* – Em que pese a belíssima intenção do autor do projeto, deputado Gil Pereira, somos pela manutenção do veto, por se tratar de algo que, na prática, ainda não pode ser levado à frente. Não há um selo que demonstre o que é

da agricultura familiar e o que não é. Isso provocaria uma enorme confusão nas prateleiras dos supermercados, minimercados, postos de conveniência. Por essa razão, apesar da boa vontade e da boa intenção do nobre autor, somos pela manutenção do veto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, queria a atenção dos ilustres colegas deputados e deputadas. Já havíamos feito, no pinga-fogo, uma explicação sobre termos apresentado o projeto, sobre o objetivo do projeto, o seu alcance.

Neste Plenário, todos nós, tanto deputados como deputadas, temos um caso em comum em que alguém da família, talvez a esposa, o filho, a mãe, o pai, o avô foi extorquido à luz do dia por aqueles que se dizem flanelinhas que, na verdade, praticam a extorsão. E ela ocorre, presidente, à luz do dia.

A primeira razão do veto diz que a Polícia Militar não tem o dinheiro. Ficou claro que a Polícia Militar recebeu uma ordem expressa para manifestar-se assim. Quando se trata de Polícia Militar quem vai falar que não tem dinheiro, ou não, é a Secretaria de Fazenda, mas sabíamos a razão pela qual o governo anterior opôs o veto. Na verdade, havia uma questão política no projeto, que hoje está superada.

Os próprios deputados da base de governo anterior votaram favoravelmente em 1º e 2º turnos. É uma matéria que vai muito para a manutenção e preservação da ordem pública. E, de certa forma, qual é o grande objetivo? Não estamos invadindo competência da União, como sugeriu também as razões do veto, não estamos legislando nada do Código Civil, muito menos na área penal e processual penal. Estamos legislando, presidente, na área administrativa em que o ente – município, Estado e União – tem total autonomia para legislar.

Agora, o alcance do projeto é, eu diria, extremamente valioso para a preservação e manutenção da ordem pública. Primeiro, vamos evitar a extorsão dos chamados flanelinhas, que vêm extorquindo principalmente as mulheres e as pessoas idosas. As pessoas idosas e as mulheres são as vítimas em potencial. Portanto, a derrubada do veto é um instrumento, diria, vigoroso, porque com o cadastro dessas pessoas, elas ficarão inibidas da prática do crime. Na verdade, vamos inibir e atuar naquilo de mais essencial em termos de segurança pública: a prevenção.

Conversei com os líderes Gustavo Valadares, Sávio Souza Cruz, André Quintão, Cássio Soares, Luiz Humberto Carneiro, e, de certa forma, presidente, no mérito, há uma convergência de todos eles.

Então, faço, presidente, um apelo para que todos os colegas deputados e deputadas deem mais um instrumento à Polícia Militar de Minas Gerais e à Polícia Civil de poderem atuar na prevenção de crimes. Não são apenas as extorsões, mas o arrombamento do veículo, o furto ao veículo, uma série de outros crimes que advêm exatamente dessas pessoas que, no momento em que você vai a um restaurante, a um espetáculo, fazem a abordagem. Às vezes, a pessoa vai estudar na faculdade e deixa o carro do lado de fora e é obrigada a pagar R\$20,00, R\$30,00, antecipadamente, a uma pessoa que não vai tomar conta do seu veículo, na verdade só queria o extorquir à luz do dia.

Portanto, peço aos colegas deputados e deputadas que votem “não”, pela derrubada do veto.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/5/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Lucas Diego Simão Burlamaque, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 43/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Webjur Processamento de Dados Ltda.
Objeto: prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da contratante de publicações em diários oficiais.
Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 11/5/2019 a 10/5/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90.(10.1).

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL**EDITAL Nº 2/2019****PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS****TEATRO****RESULTADO FINAL**

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final do processo seletivo do Projeto Ocupações Artísticas – Teatro, conforme previsto no item 9.10 do Edital nº 2 de 22 de janeiro de 2019.

RESULTADO FINAL, por ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO GERAL	
MODALIDADE I – Espetáculos Infantis/Juvenis	
Classificação	PROPOSTA
1º	A Zeropeia
2º	Pinóquio
3º	A Dama e o Vagabundo
MODALIDADE II – Espetáculos Adultos	
Classificação	PROPOSTA
1º	Amor de Salto Alto
2º	Memórias de um Cão – Virgínia Woolf
MODALIDADE III – Dança	
Classificação	PROPOSTA
1º	In (PAR)
MODALIDADE IV – Shows de Música	
Classificação	PROPOSTA
1º	Banda Conecto – Night Club
2º	Beth Leivas – Show Sete
3º	Sidney Grandi e Banda – Meu Interior
4º	Núcleo Villa-Lobos – Concerto para Bebês – Beethoven
5º	Boi Luzeiro – Ser-tão

Conforme disposto no item 9.7 do Edital nº 2/2019, a nota final da proposta é composta pela média das notas dos pareceristas que a avaliam, como previsto no § 2º do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 2017, sendo consideradas aprovadas as propostas que obtenham aproveitamento mínimo de 70%.

A Coordenação do Espaço Político Cultural – EPC – se responsabilizará pela montagem da agenda de apresentações do Projeto Ocupações Artísticas – Teatro/2019 e pela convocação dos candidatos aprovados, respeitando-se a ordem de classificação.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2019.

**ERRATAS****ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/4/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/5/2019, na pág. 6, onde se lê:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 1.258, 1.396 e 1.525/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:”, leia-se:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 1.258 e 1.396/2019. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento n° 1.525/2019, dos deputados Repórter Rafael Martins, Guilherme da Cunha, João Vítor Xavier, Leonídio Bouças, Ulysses Gomes e Tito Torres, em que requerem seja realizada audiência de convidados para ouvir o Sr. Eduardo Augusto Ayrosa Galvão Ribeiro, presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:”.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/4/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/5/2019, nas págs. 7 e 8, suprima-se o Requerimento n° 1.428/2019.